

O PAPEL DO PROFESSOR ENQUANTO COORDENADOR PEDAGÓGICO E SEUS ENTRAVES

THE TEACHER'S ROLE AS A PEDAGOGICAL COORDINATOR AND ITS OBSTACLES

Diego Ramos Pereira de Souza¹

Ricardo Alexandre Agreli de Lira Miranda²

Jucelino da Silva Costa³

Girlaine Marcia de Mendonça Oliveira⁴

Maria Aparecida Santos da Silva⁵

José Wilker da Silva⁶

Glauco de Gouvêa Caldas⁷

Ramires Maria do Nascimento Domingos⁸

Ivanilda Maria Alves⁹

Resumo: Sendo a sociedade mutável, líquida e tangível de mudanças, a realidade social deve ser constantemente observada. Desse modo se considerarmos que a escola é um espaço balizador de socialização, um espaço onde ocorre um dos primeiros contatos e interações da criança em sociedade. É nesse quadro de trabalho que a coordenação se mostra prática para resolução de problemas e busca de

-
- 1 Mestre em Educação pela Veni Creator University
 - 2 Mestre em Educação pela Veni Creator University
 - 3 Mestre em Educação pela Veni Creator University
 - 4 Mestre em Educação pela Veni Creator University
 - 5 Mestre em Educação pela Veni Creator University
 - 6 Mestre em Educação pela Veni Creator University
 - 7 Doutor em Educação pela Veni Creator University
 - 8 Mestre em Educação pela Veni Creator University
 - 9 Mestre em Educação pela Veni Creator University

resultados no processo de ensino-aprendizagem. O artigo objetiva discutir as dificuldades enfrentadas pelo coordenador pedagógico. E nesta linha de pesquisa foi do interesse do pesquisador discutir a função social da escola, as atribuições do coordenador pedagógico e sua conseqüente necessidade de adaptação. A metodologia adotada foi a de revisão bibliográfica de material digital dos bancos de dados acadêmicos.

Palavras-Chave: Escola. Sociedade. Coordenador. Fundação da Escola.

Abstract: Since society is changeable, fluid and tangible, social reality must be constantly observed. Thus, if we consider that the school is a space of socialization, a space where one of the first contacts and interactions of the child in society occurs. It is within this framework that the coordination becomes practical for solving problems and seeking results in the teaching-learning process. The article aims to discuss the difficulties faced by the pedagogical coordinator. And in this line of research it was in the interest of the researcher to discuss the social function of the school, the attributions of the pedagogical coordinator and its consequent need for adaptation. The methodology adopted was the bibliographic review of the digital material of the academic databases.

Keywords: School. Society. Coordinator. Foundation of the School.

INTRODUÇÃO

A temática a ser discutida neste artigo refere-se à avaliação como processo de reflexão sobre a prática pedagógica visando favorecer a aprendizagem na Educação Infantil. O estudo tem como objetivo geral investigar o sentido da avaliação para os docentes que atuam na Educação Infantil, considerando a relevância da avaliação como instrumento capaz de contribuir para o desenvolvimento infantil.

Tendo em vista a necessidade de um estudo acerca da avaliação da aprendizagem na educação infantil e sua especificidade neste nível de ensino percebe-se que ela é um instrumento de embasamento para uma prática significativa e precisa ser contínua e permanente.

Conforme destaca Hoffman (2001, p.16), “a avaliação é essencial à educação, sendo concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação”. É, portanto, uma oportunidade para rever a prática pedagógica, identificar avanços e dificuldades, permitir a adoção de novas estratégias onde o objetivo maior é a aprendizagem.

É por meio da reflexão sobre a prática pedagógica que a avaliação traz suas contribuições ao desenvolvimento e aprendizagem das crianças na educação infantil, tendo em vista que possibilita diagnosticar necessidades de intervenção, mudanças na prática pedagógica, encaminhamentos necessários, enfim, os diferentes aspectos que concorrem para um bom desenvolvimento da criança na educação infantil.

Considera-se de fundamental importância pesquisas relacionadas à avaliação na Educação Infantil, considerada uma etapa muito importante na formação do indivíduo, onde são construídos os alicerces que irão sustentar todo o processo de escolarização. Este artigo encontra-se organizado em dois tópicos:

O primeiro tópico apresenta algumas informações essenciais acerca da concepção de infância e do desenvolvimento infantil, a fim de situar o leitor na temática em estudo.

O segundo tópico discute, do ponto de vista teórico, as concepções acerca da avaliação na educação infantil, reportando seus objetivos, instrumentos e possíveis contribuições à aprendizagem, bem como se volta mais especificamente para as concepções e práticas avaliativas.

CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA

Considerando que a concepção de infância não foi sempre a mesma, isto nos leva a acreditar que os significados a ela atribuídos nos diferentes tempos e espaços, também não foram sempre os

mesmos.

Assim, esta não pode ser vista como algo estático, mas sim, em constantes modificações, particularmente, em funções das mudanças que ocorrem na sociedade. Faz-se necessário lembrar que a história social da criança tem evoluído através dos séculos oscilando entre polos em que as crianças eram consideradas ora um “bibelô”, ora um “adulto em miniatura”.

Durante séculos existiram, concepções de infância construídas historicamente não se apresentando de forma homogênea, mas de acordo com a organização de cada sociedade e as estruturas sociais e econômicas em vigor.

Partindo da concepção de infância Vygotsky afirma que, do ponto de vista histórico-cultural demanda perceber a influência que o meio sociocultural determina sobre ela. Ou seja, a concepção de infância está ligada à relação do sujeito com a sociedade em que está inserido e à cultura que o cerca, pois tudo passa por constantes transformações, gerando diferentes formas de ver e interpretar a infância. Por isso, se faz necessário ver a criança como um ser social e histórico que apresenta diferenças, pois o conceito de infância é construído nas relações sociais em diferentes momentos históricos.

A concepção histórico-social que tem como base a teoria de Vygotsky concebe o desenvolvimento humano a partir das relações sociais que a pessoa estabelece no decorrer da vida, pois ao ingressar nas instituições de Educação Infantil, sabemos que ela passa a fazer parte de outro contexto social, servindo para a construção da sua própria pessoa, ou seja, como ser humano que pensa, cria e interage.

Assim, podemos perceber que a criança é sujeita de direitos e deveres que interage, que tem a sua própria identidade, constrói sua a independência e autonomia.

Em um dado momento da história a concepção de infância apresenta um caráter assistencialista, filantrópico, higienista e educacional. Baseada na aprendizagem das crianças “adulto em miniatura”, o atendimento a elas era feito em creches e jardins de infância.

As primeiras creches surgiram com o objetivo de amparar as crianças oriundas de classes

pobres, onde os pais trabalhavam o tempo integral, crianças órfãs e abandonadas. Tudo organizado a partir de uma concepção assistencialista.

O cuidado era o aspecto de maior relevância, pois, enquanto as mães saíam para o trabalho, às crianças eram recolhidas nas escolas maternais e creches para receberem o atendimento que, de certa forma, substituíam aqueles oferecidos por suas mães.

Foi a partir da década de 1980 que, novos questionamentos passaram a ser propostos a respeito da educação infantil, demandando discussões e análises que resultaram no reconhecimento em texto constitucional a educação de crianças em creches e pré-escolas como direito da criança e dever do Estado.

Na década de 1990, entra em vigor a nova Lei de Diretrizes e Bases – Lei 9.394/96, garantindo a Educação Infantil como etapa inicial da Educação Básica, o que constitui uma conquista histórica, que retira as crianças pobres de seu confinamento em instituições vinculadas a órgãos de assistência social. Com a Lei 9.394/96, a criança passa a ser reconhecida com um ser social, histórico, integrante de uma determinada classe e imersa em uma cultura. Destarte, a educação infantil passa a ter por finalidade complementar a ação da família e da comunidade, considerando o compromisso com a promoção do desenvolvimento integral da criança.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, RCNEI a educação infantil deve promover a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança de 0 a 6 anos, considerando esta como um ser completo e indivisível, além de levar a criança a ter acesso aos bens socioculturais, nos cuidados essenciais, para o desenvolvimento de sua identidade e no direito de brincar como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação.

Para o RCNEI, cuidar de uma criança na educação infantil em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas. A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades.

O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos. Desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados. Para cuidar é preciso antes de tudo, estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades e potencialidades. Isso depende da construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado. (RCNEI vol 1, p. 24 e 25)

Nessa perspectiva o sentimento de infância é algo que caracteriza a criança, a sua essência enquanto ser, o seu modo de agir e pensar, que se diferencia do do adulto, e, portanto, merece um olhar mais específico.

O RCNEI concebe a criança como um ser historicamente construído, sendo que seu significado varia ao longo dos tempos, classes sociais e grupos étnicos. O documento também ressalta que as crianças têm direito de vivenciar experiências que lhes sejam prazerosas nas instituições de educação infantil e apresenta uma proposta de avaliação que se baseia na observação, no registro e na avaliação formativa, considerando a idade e o desenvolvimento.

Significa compreender, porém, que a dimensão de conhecimentos para as crianças menores de cinco anos se coloca numa relação extremamente vinculada ao de ser criança, com seus processos de constituição como seres humanos em diferentes contextos sociais, sua cultura, suas capacidades intelectuais, criativas, estéticas, expressivas e emocionais.

Outro documento formulado a partir das discussões foram os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, segundo a proposta para essa modalidade deve ser ampla e, necessariamente, oferecer condições para as crianças de se desenvolver adequadamente mediante uma educação de qualidade, além de contribuir para a implementação de práticas educativas que promovam o suporte necessário para conquista da cidadania pela criança. O documento propõe um conjunto de indicadores que contemplam uma análise de vários tipos de processos direta ou indiretamente envolvidos na

educação das crianças.

Nessa perspectiva, a criança é valorizada como alguém que constrói conhecimento e não apenas alguém que será ensinado por outro que é portador do conhecimento. Assim, não só a construção do conhecimento, mas também a construção dos significados é realizada na interação e no relacionamento com os pares. Tal concepção de infância condiz com aquela defendida por Vygotsky que procura entender a criança como um ser sócio-histórico, onde a aprendizagem se dá pelas interações entre a criança e seu entorno social.

Essa perspectiva sócio interacionista enfatiza a criança como um sujeito social, que faz parte de uma cultura concreta constituindo-a não no amanhã: ela é hoje, no seu presente, um ser que participa da construção da história e da cultura de seu tempo por meio da linguagem. Para Vygotsky o processo histórico-social e o papel da linguagem no desenvolvimento do indivíduo. Sua questão central é a aquisição de conhecimentos pela interação do sujeito com o meio. Assim:

Essa dependência confere um caráter absolutamente peculiar na relação da criança com a realidade (e consigo mesmo): são relações que se realizam por mediação de outros, se refratam sempre através do prisma das relações com outra pessoa. Portanto, a relação da criança com a realidade circundante é social, desde o princípio. Deste ponto de vista, podemos definir o bebê como um ser maximamente social. Toda relação da criança com o mundo exterior, inclusive a mais simples, é a relação com ele através da relação com outra pessoa. (VIGOTSKI, 1996, p. 285).

Para o teórico, o sujeito é interativo, pois adquire conhecimentos a partir de relações intra e interpessoais e de troca com o meio, a partir de um processo denominado mediação.

Segundo Piaget, a criança é um sujeito cultural e ativo, onde as estruturas mentais começam a se construir a partir da formação dos esquemas motores e estes derivam-se dos reflexos, dependendo de toda bagagem hereditária com a qual a criança nasce. Piaget direciona todos os seus estudos para a compreensão do desenvolvimento cognitivo da criança, posteriormente, utilizado por Vygotsky e demais teóricos para a compreensão do processo de aprendizagem dos sujeitos.

A concepção de infância atualmente é bem diferente da de algumas décadas atrás, centra-se

em uma nova visão da criança e em uma proposta educacional moderna, isso porque ao longo dos últimos anos, o conceito de infância foi sendo modificado em consonância com as transformações impostas pelos novos tempos.

É importante salientar que a visão que se tem da criança é algo historicamente construído, por isso é que se pode perceber os grandes contrastes em relação ao sentimento de infância na contemporaneidade.

Hoje, as instituições de educação infantil têm como objetivo desempenhar um papel importante na formação do indivíduo, não apenas de “cuidar”, mas de educar. Nesse sentido, a instituição de educação infantil, deve dar condições materiais, pedagógicas, culturais, sociais, humanas, alimentares, espaciais, para que a criança experimente as diferentes vivências, planejando atividades que sejam de interesse da criança e que correspondam ao seu nível de desenvolvimento.

Atender as suas necessidades de proteção, segurança, bem-estar, saúde. Estar atento a seus afetos emoções e sentimentos, as relações com os outros, com as coisas, com o ambiente. Planejar um espaço que estimule sua inteligência e imaginação, que permita descobertas e aguçe sua curiosidade (ROSEMBERG, 1999, p. 23).

O papel das instituições educacionais junto à infância é fundamental para possibilitar espaços de brincadeiras, conversas, argumentações, negociações, expressão de sentimento, ideias e sensações. A função social da escola é de garantir a todos o acesso à cultura e ao conhecimento científico, na perspectiva da cidadania. A escola desempenhará bem seu papel, na medida em que, partindo daquilo que a criança já sabe e conhecimento que ela traz do seu cotidiano, suas ideias a respeito dos fatos e fenômenos, ela for capaz de ampliar e desafiar a construção de novos conhecimentos.

A Educação Infantil é uma fase muito importante que deve ser desenvolvida a partir dos conhecimentos já adquiridos pelas crianças. Cabe ao professor a ajudar no desenvolvimento de suas habilidades, e criar condições para que se tornem autônomas que é objetivo primordial da Educação Infantil.

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Sendo a criança um ser social que nasce com capacidades afetivas, emocionais e cognitivas. Tem desejo de estar próxima às pessoas e é capaz de interagir e aprender com elas de forma que possa compreender diferentes situações, ampliando suas relações sociais, interações e formas de comunicação.

As crianças sentem-se cada vez mais seguras para se expressar, podendo aprender, nas trocas sociais com diferentes crianças e adultos, cujas percepções e compreensões da realidade também são diversas.

De acordo com a LDB a avaliação pressupõe sempre referências, critérios, objetivos e deve ser orientadora, ou seja, deve visar o aprimoramento da ação educativa, assim como o acompanhamento e registro do desenvolvimento integral, da criança (art. 29). Isto exige que o profissional da educação infantil desenvolva habilidades de observação e de registro do desenvolvimento da criança e que reflita permanentemente sobre sua prática, aperfeiçoando – a no sentido do alcance dos objetivos.

Segundo a Lei 9.394/96 que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu artigo 31 salienta que “a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental”. Dessa forma, a Lei é clara, no sentido de impedir que se façam testes com criança para condicionar o acesso ao Ensino Fundamental.

Diante disso, compreende-se que a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil deve acontecer através da observação e registro sistematizado, considerando o respeito por parte do professor acerca do desenvolvimento do aluno. Essa avaliação na educação infantil, não tem por objetivo promover o acesso do discente a um nível de ensino mais elevado, apenas se pretende conhecer quais habilidades o aluno domina, como estabelece suas hipóteses e o que precisa para continuar o seu desenvolvimento afetivo e sociocognitivo.

No Referencial Curricular da Educação Infantil, a avaliação é entendida, prioritariamente como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas a ajustar a sua prática às necessidades colocadas pelas crianças.

É um elemento indissociável do processo de ensino aprendizagem que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços nas aprendizagens das crianças. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo. (RECENEI, volume I, 59 1998).

Diante disso, a avaliação na educação infantil deve ter a finalidade de incluir as crianças no processo educacional, assegurando-lhes progresso na aprendizagem; trata-se, pois, de um campo de investigação, não de exclusão nem julgamento de valor.

Sendo assim, a avaliação mediadora considera o papel da educação em sua globalidade, ela foi apresentada por Paulo Freire em várias obras e, possivelmente, foi referência para diversos autores que abordam essa temática de pesquisa. Diante dessas contribuições de Paulo Freire, muitos pesquisadores se voltaram para essa forma de avaliar.

A avaliação mediadora possibilita investigar, mediar, aproximar hipóteses aos alunos, provocá-los e perceber pontos de vistas para construir um caminho comum para o conhecimento científico. Pressupõe uma análise qualitativa, uma avaliação não de produto, mas do processo, se dá constantemente através de cadernos de registro e observação da prática cotidiana.

Hoffmann é uma das poucas pessoas que teorizam sobre a avaliação na educação infantil, sendo uma referência essencial para essa discussão. Defende a necessidade urgente de uma prática mais reflexiva e conhecedora de como os alunos aprendem e se desenvolvem para que a avaliação na educação infantil, não termine por obedecer à lógica da exclusão e do julgamento precoce e descontextualizado dos alunos. Afirma que:

Sem dúvida, a avaliação, na educação infantil, [...] passa a exigir [...] uma investigação dos reflexos sofridos do modelo de controle, vigente no ensino regular, que atrelado à finalidade de controle das famílias sobre a eficiência da instituição, acaba por comprometer seriamente o significado dessa prática em

benefício ao processo educativo. (HOFFMANN, 2001, p. 10).

A avaliação, na educação infantil, deve privilegiar os interesses e as necessidades de cada criança, confiar em suas tentativas de aprender, considerando o erro enquanto possibilidade de acerto e valorizar suas descobertas. Com isso, pode-se dizer que realmente estamos chegando a um modelo avaliativo centrado na criança e no processo pedagógico, e que, tal modelo ajudará a formar o adulto de amanhã.

Para Luckesi (apud Libâneo, 1994) “a avaliação é uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo de ensino e aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre o seu trabalho”. Reitera que uma prática voltada para o acolhimento do aluno exige dos educadores, além da formação adequada e consistente, compromisso permanente com a educação.

Desse modo, é necessário entender a avaliação como processo integrado, com todas as outras atividades desenvolvidas pelo educando, as quais subsidiam a sua aprendizagem. Não perdendo de vista que, “[...] se o educando já possuísse os saberes que busca na sala de aula, ele não necessitaria se dirigir a ela. A sala de aula é o lugar onde se aprende e não o lugar onde se concorre a alguma coisa” (LUCKESI, 2005, p. 35).

Avaliar constitui-se em uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve estar diretamente ligada ao processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Libâneo (1994, p. 196)

Podemos então definir avaliação como um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas (...), verificação (...), qualificação (...), apreciação qualitativa.

Assim sendo, pode-se compreender que a avaliação escolar, além de fazer parte do processo de ensino, visa corresponder o ensino aos objetivos propostos para ele e aos resultados obtidos através

dele. Desse modo, cabe ao docente que avalia a criança tomar o resultado dessa avaliação por base para seu planejamento diário. A avaliação favorece a verificação daquilo que está ou não dando certo dentro do processo de ensino e aprendizagem, utilizando-se como parâmetro os objetivos propostos.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) existem várias maneiras de se realizar os registros decorrentes das observações dos professores, sendo a escrita a mais comum e acessível e, dessa forma, a importância dos registros aparece como elemento que compõe um rico material de reflexão e ajuda para o planejamento educativo.

Os principais instrumentos apontados são a observação e o registro, através dos quais os educadores podem fazer uma abordagem contextualizada dos processos de aprendizagem das crianças, da qualidade das interações e acompanhar os processos de desenvolvimento a partir das experiências das crianças.

Essa abordagem dialógica e reflexiva fornece ao professor e à equipe pedagógica uma visão integral das crianças e as suas particularidades. As formas de registros da observação podem ser por meio de relatórios, cadernos de registro do aluno, fichas, gravações, produções das crianças, ou ainda com fotografias.

Nesta perspectiva apresentam-se alguns dos instrumentos indicados para a realização da avaliação: a observação constitui-se em um meio de avaliação muito importante na educação infantil, pois através dela o professor acompanha o desenvolvimento da criança no seu cotidiano, com a observação diária o professor identifica se a criança está atingindo os objetivos esperados para aquela determinada atividade, quais as hipóteses levantada pela criança se os resultados foram alcançados e se há pontos a serem reformulados.

O professor deve observar não apenas o seu aprendizado, mas suas dificuldades, seu estado emocional e a relação com o meio. Pois, a relação afetiva com pais e professores poderá ajudar ou prejudicar no seu desenvolvimento.

Melchior (1999, p. 76) referência:

A importância da observação como técnica que permite ao professor acom-

panhar o desenvolvimento do aluno em todos os momentos, impedindo que se formem ideias preconcebidas sobre a capacidade e o desenvolvimento de cada um.

A avaliação através da observação oferece aos educadores uma rica fonte de informações acerca do desenvolvimento infantil, pois permite ao professor perceber nas crianças suas ações relativas à resolução de conflitos; experimentar papéis e desenvolver um conjunto de habilidades como: pensamento crítico, conteúdo significativo, formação cultural, conectar ideias, fazer escolhas, conviver com pessoas diferentes, ter visão globalizada, enfim, é uma forma de desenvolver as bases de sua personalidade.

O registro é um acompanhamento da observação, pois através desta o professor deve registrar tudo que acontece em sua sala de aula. O mesmo pode ser feito de diversas maneiras como: escrita, fotografias, vídeos, gravação de áudio e outros.

É muito importante esse registro diário, pois não podemos confiar em nossa memória, o professor pode esquecer algum detalhe importante que seja fundamental na hora de fazer o parecer descritivo da criança.

Esse instrumento serve para comparar as anotações do início do ano com os dados mais recentes para perceber o que a criança já realiza com autonomia e o que ainda precisa de acompanhamento.

[...] O registro é entendido aqui como fonte de informação valiosa sobre as crianças, em seu processo de aprender, e sobre o professor em seu processo de ensinar. O registro é o acervo de conhecimento do professor, que lhe possibilita recuperar a história do que foi vivido, tanto quanto lhe possibilita avaliá-la propondo novos encaminhamentos (RCNEI, 1998, p. 203).

Dessa forma a função do registro é verificar o conhecimento já constituído, pois se a criança não adquiriu determinado conhecimento. Em um dado momento com a mediação do professor poderá vir, a saber, isso tudo para que possa prosseguir no seu processo de construção.

Quanto à forma de escolher os instrumentos de avaliação na educação infantil documentos

oficiais e pesquisadores da área apontam que demanda um olhar multifacetado e diversas linguagens que devem ser articulados, de modo a considerar que o processo educacional, e, especialmente, a aprendizagem ocorre de forma global.

A finalidade a ser levada em conta no processo avaliativo na educação infantil é de uma prática investigativa, pois é a dimensão da interação adulto/criança que justifica a avaliação na educação infantil e não a certeza, os julgamentos, as afirmações inquestionáveis sobre o que ela é ou não capaz de fazer.

Conclui-se que, independentemente do método escolhido por quem se propõe a avaliar, é necessário entender que a prática avaliativa compreende, entre outros aspectos pedagógicos, trabalhar todas as dimensões do ser humano (emocional, corpórea, política, espiritual e ética), associados ao prazer pela descoberta da construção de significados com o mundo. Assim, discutir as concepções e as práticas de avaliação faz-se necessário e urgente para a construção de uma formação cidadã na infância.

A PEDAGOGIA DE PROJETOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A palavra “projeto” vem do latim, *projectus*, que significa “lançar para diante”. Atualmente esta é uma das temáticas que vêm sendo discutidas no cenário educacional, e a temática é o trabalho por projetos. A pedagogia de Dewey encorajou os professores a obterem a participação dos alunos em projetos orientados a problemas e ajudá-los questionar sobre problemas sociais e intelectuais importantes.

Na narrativa de Santomé (1998, p. 203), a metodologia de projeto teve sua proposição em 1918, através de William H. Kilpatrick, que publicou em *Teachers College Record*. Segundo Santomé, à época, a definição foi que um projeto é uma proposta entusiasta de ação a ser desenvolvida em um ambiente social que deve servir para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Trata-se de uma filosofia curricular que tem importantes coincidências com as

dos centros de interesse, só que agora ressaltam-se mais as dimensões utilitárias do conhecimento a ser manejado nas instituições escolares; são frisadas as dimensões práticas do conhecimento. É uma forma de integração curricular que se preocupa pela característica do “interessante” que deve acompanhar a realização do trabalho nas salas de aula, pela proposta de problemas interessantes que os alunos devem resolver em equipe (SANTOMÉ, 1998, p. 203).

Nogueira (2011) considera os projetos possibilitam autonomia ao aluno.

Os projetos possuem em seu escopo estratégias que podem gerar, no aluno, a autonomia e, por consequência, uma independência libertadora, a qual permitirá o pensar e o agir sobre ações intencionais, independentes do direcionamento linear e cartesiano empregado por algumas escolas na condução da formação de seus alunos (NOGUEIRA, 2011, p. 48).

Para Nogueira em se tratando da autonomia de projetos, existe a necessidade de se trabalhar em sua maior amplitude, no limite do possível, pois para este autor uma autonomia reduzida continuaria gerando no aluno dependência e passividade.

A escola tem como função educar e formar o cidadão da melhor maneira possível com o objetivo de que este ficará bem-preparado para atender à demanda da sociedade. Os conteúdos teóricos são selecionados e planejados e através de uma metodologia de ensino são transmitidos aos alunos.

Entretanto, os métodos de ensino raramente são repensados, avaliados, inovados, por cada professor.

Na época em que vivemos, percebe-se, com clareza, a necessidade de renovação profunda nos métodos de ensino e aprendizagem de modo a melhorar a motivação e participação dos alunos, incentivando o envolvimento ativo e um maior interesse deles em aprender.

Santomé cita um exemplo muito significativo de alunos que estavam apresentando dificuldades em operações matemáticas de multiplicação e, quando lhes foi apresentada uma contextualização em uma situação real, a compreensão e solução foram encontradas por eles.

Um professor estava preocupado porque seus alunos, ao tratar problemas aritméticos de multiplicação não conseguiam colocar corretamente a vírgula. Os algoritmos eram corretos, mas os valores estavam sempre errados. Por exemplo, um estudante podia dizer 320,16; outro 32,016; e um terceiro, 3201,60. Este resultado mostra que, embora os alunos pudessem manejar corretamente as cifras, não pensavam.

Consequentemente, enviou os alunos a uma marcenaria para comprar tábuas para serem usadas na oficina de trabalhos manuais, após ter combinado com o vendedor que os alunos é que calculariam o custo de suas compras.

As operações numéricas que deviam realizar eram as mesmas dos problemas do livro-texto. Não ocorreu nenhum erro de colocação da vírgula decimal. A situação induziu-os a pensar e a controlar os valores em questão. O contraste entre o problema do livro-texto e as exigências da compra real na marcenaria ofereceu um excelente exemplo da necessidade de uma situação autêntica, a fim de induzir e orientar o pensamento (SANTOMÉ, 1998, p. 250-251).

Na visão de Santomé (1998, p. 251) a inteligência é uma estrutura que se modifica e se constrói com a reestruturação dos conhecimentos, onde o elemento que desencadeia essa reestruturação são os conflitos sócios cognitivos.

É interessante notar que como elemento fundamental na formação do cidadão, os projetos de trabalho ainda permitem o envolvimento e a cooperação entre os próprios estudantes, professores e especialistas externos à escola, assim como a utilização de vários recursos disponíveis, tais como bibliotecas, laboratórios, computadores, museus, quadras, parques, empresas e outros que, na maioria das vezes, não são devidamente explorados.

Hernández e Ventura (1998, p. 61) destacam que a função do projeto é favorecer a criação de estratégias para a organização do conhecimento na escola. É, portanto a relação entre os diferentes conteúdos na proximidade dos problemas ou hipóteses que facilitem os alunos na construção dos seus conhecimentos, transformando a informação em conhecimento próprio.

...um projeto pode organizar-se seguindo um determinado eixo: a definição de um conceito, um problema geral ou particular, um conjunto de perguntas inter-relaciona-

das, uma temática que valha a pena ser tratada por si mesma... Normalmente, supera-se os limites de uma unidade ao se abordar esse eixo no seu conjunto, com uma concepção de ênfase na articulação da informação necessária para tratar o problema objeto de estudo e nos procedimentos requeridos pelos alunos para desenvolvê-lo e assimilá-lo (HERNÁNDEZ e VENTURA, 1998, p. 61).

Ensinar por meio de projetos é levar em consideração como as crianças aprendem e pensam, partindo do que já sabem sobre o tema e pesquisando suas concepções espontâneas, ou seja, o que conhecem e sabem acerca dos objetos, suas ideias e hipóteses a respeito dos acontecimentos e fenômenos em geral, tendo o professor como o parceiro mais experiente que tem o fio condutor do processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse estudo, pude constatar que o conceito de infância repercute fortemente no papel da Educação Infantil, pois direciona todo o atendimento prestado à criança pequena. Sendo assim, a Educação Infantil está intrinsecamente ligada ao conceito de infância, tendo a sua evolução marcada pelas transformações sociais que originaram um novo olhar sobre a criança.

Desde modo, a análise dos referenciais teóricos, neste estudo, me proporcionou refletir sobre a concepção de infância analisando as mudanças que ocorreram durante este período, percebi que suas concepções foram se modificando, assim, pude perceber que atualmente a criança é vista como sujeito de direitos e deveres que interage, tem sua própria identidade e constrói a sua independência e sua autonomia.

Em relação à avaliação, posso compreendê-la em sua estreita relação com a prática docente, compartilhando da certeza de que, para avaliar na educação infantil é fundamental ter compromisso com a normatividade desse processo.

A prática da Gestão e Coordenação educacional passa por diversos fatores políticos

pedagógicos e administrativos, onde sua ocupação é ponto de mediação para toda a equipe pedagógica em suas variadas atividades, e entre elas se encontra o lúdico.

Podemos perceber que o lúdico é uma das mais metodologias aplicáveis de ensino e aprendizagem, pois sua premissa desenvolve na criança em fase inicial de aprendizagem sua motivação para aprender e socializar, mas para que isso possa acontecer precisamos de profissionais participativos, que busquem pesquisar vários materiais lúdicos, e que esse incentivo à motivação perpassa também pela participação do Gestor e Coordenador da instituição escolar.

Em suma, mostrando que os gestores e coordenadores são ênfase importante no processo educacional voltado para sua participação nas atividades lúdicas, pode-se confirmar que as instituições de ensino mostrarão mais desempenho presencial, principalmente o seu corpo alunado, alunado esse que inicia sua vida educacional, e para que isso aconteça é necessário o incentivo, e nada melhor do que pelo a ludicidade, ou seja o lúdico.

Fazendo-se essencial, acompanhar e desvelar o percurso para assegurar o resultado, viabilizando a aprendizagem e o desenvolvimento. A observação e o registro são instrumentos de avaliação muito importante na educação infantil, pois permite ao professor acompanhar o desenvolvimento da criança no seu cotidiano, identificando se a criança está atingindo os objetivos esperados para aquela determinada atividade, se os resultados foram alcançados e se há pontos a serem reformulados.

Por meio deste estudo constatei que a avaliação na educação infantil requer que o educador repense sua prática pedagógica, sua concepção de aprendizagem, buscando formas de ajudar as crianças em seu desenvolvimento refletindo, questionando e transformando suas ações, acreditando em um processo avaliativo que deve privilegiar os interesses e as necessidades de cada criança, confiando em suas tentativas de aprender erro/acerto e valorizando suas descobertas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; MORAN, José Manuel (orgs.). Integração das Tecnologias na Educação. Salto para o futuro. Brasília: MEC, Seed, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998, v.1, 2, 3.

BRASIL. Referência curricular nacional para educação infantil. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. MEC - 1998. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Conhecimento de Mundo. Volume 3.

CAVALCANTE, Zélia. Arte na sala de aula. Porto Alegre: Artes médicas, 1995.

FERREIRA, Naura Syria Capareto. Supervisão educacional: uma reflexão crítica. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PIAGET, Jean. Psicologia e pedagogia. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

VIGOTSKI, L. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliação Mediadora: Uma Relação Dialógica na Construção do Conhecimento. Disponível em: <http://crmaricovas.sp.gov.br>. Acesso em: 16 de agosto. 2024.

KRAMER, S. (Org.). Com a pré-escola nas mãos. Uma alternativa curricular para a educação infantil. 6. ed. São Paulo: Ática, 1993.

HOFFMANN, J. Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 1996.

HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover. 2. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2002.

Avaliação Mediadora: educação e realidade. 17. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NICOLAU, Marieta Lúcia Machado. A Educação Pré-Escola: fundamentos e didática. 10. ed. SP: Ática, 1999.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. Pedagogia dos Projetos: Uma Jornada Interdisciplinar Rumo ao Desenvolvimento das Múltiplas Inteligências. 7. ed. São Paulo, Brasil: Érica, 2010.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. Globalização e Interdisciplinaridade. Porto Alegre, Brasil: Artmed, 1998.

SILVA, Wandeci Barbosa da. A contribuição da psicomotricidade o 1º ano do ensino fundamental. Universidade Candido Mendes. Monografia de Pós-Graduação Latu-sensu. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/T205562.pdf Acesso em: 13/08/2024.

SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. Campinas: Autores Associados, 1980.

SOARES, Kátia Cristina Dambiske. A formação continuada dos professores da escola pública, Curitiba, 20

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

ZALENISK, A.; KETS DE VRIES, M. O poder e a mente empresarial. São Paulo: Pioneira, 1981.